

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 361/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.003/72, de 07 de agosto de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Ophir Fabelino de Souza, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 16 de outubro de 1.970, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 14 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 113.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 14 de Agosto de 1972 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Domicio Scaramella — Aginaldo Pereira Lima — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Borsari Neto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Igo Losso — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (30); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emílio Carazzai — Fuad Nacli — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Pinto Dias — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 132/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 14/71, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que autoriza o Poder Executivo firmar Convênio através do D.E.R., com os Municípios de Marumbi e Cambira, para construção de uma ponte sobre o Rio Marumbi, ligando os referidos Municípios. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — Aprovado o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 15, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 133/72.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 114.ª Sessão Ordinária Realizada em 14 de Agosto de 1972 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Domicio Scaramella — Aginaldo Pereira Lima — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Borsari Neto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — João Fadel — João Mansur — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Igo Losso — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Jorge Sato e Santos Lima (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emílio Carazzai — Fuad Nacli — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Pinto Dias — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N.º 33/72

Curitiba, 28 de julho de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, o imóvel que especifica, situado em Caiobá, município de Matinhos, neste Estado.

A Companhia de Telecomunicações do Paraná, com vistas à execução de plano de ampliação da rede telefônica da região compreendida pelos municípios do litoral paranaense, pretende construir uma nova Central Telefônica em Matinhos, para, ainda neste ano, colocar à disposição dos usuários um grande número de novos telefones. Com esse objetivo aquela Companhia procedeu estudos no sentido de que a referida Central Telefônica venha a ser localizada em ponto que reúna as condições técnicas ideais e necessárias ao perfeito funcionamento do sistema.

Assim sendo e tendo tais estudos indicado para aqueles fins, o imóvel em questão, está plenamente caracterizado o alto interesse da Administração e da Coletividade na medida consubstanciada no Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o anteprojeto de lei encaminhado merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, um lote de terreno medindo 20,00 (vinte) metros de frente por 35,00 (trinta e cinco) metros de fundos, situado no município de Matinhos, localidade de Caiobá, havido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 2.681, fls. 219, do livro 3.D, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá, deste Estado.

Art. 2.º. O imóvel objeto da doação de que trata a presente lei, deverá ser utilizado pela Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, na construção de prédio destinado a instalação da Central Telefônica de Matinhos.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 34/72

Curitiba, 28 de julho de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a alienar o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelos lotes n.ºs. 21 e 22, da Planta Santos Andrade, com frente para a rua Conselheiro Laurindo e esquina com a Rua Marechal Deodoro, nesta Capital e com as dimensões e confrontações que especifica.

O imóvel cuja autorização para alienação ora se propõe a essa Augusta Assembléia Legislativa é o que durante longo espaço de tempo foi ocupado pelo Departamento de Imprensa Oficial do Estado, órgão esse que hoje funciona em prédio próprio, recentemente inaugurado.

Através do Departamento do Patrimônio do Estado foram realizados estudos relativamente à possibilidade de reforma e adaptação do antigo prédio das oficinas da Imprensa Oficial, a fim de que o mesmo pudesse sediar outra Repartição Pública. Entretanto, as conclusões de tais estudos foram no sentido da alienação do referido imóvel, tendo em vista que, por tratar-se de edificação completamente obsoleta, sua reforma seria antieconômica e desaconselhável. Por outro lado, sendo o questionado imóvel localizado na parte central da cidade e por isso de valor bastante elevado, a alienação consultada plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, com os recursos advindos, poderão ser adquiridos novas e maiores áreas junto ao Centro Cívico, local indiscutivelmente mais adequado para edificações destinadas a sediar órgãos estaduais.

Merece ressaltar, ainda, que, conforme prevê o anexo anteprojeto de lei, a alienação objetivada será precedida da necessária avaliação e do preenchimento de todas as formalidades exigidas pela Legislação Federal pertinente às licitações.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as demais formalidades legais, alienar o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelos lotes n.ºs. 21 e 22 da Planta Praça Santos Andrade, medindo 36,87 m (trinta e seis metros e oitenta e sete centímetros) de frente para a rua Conselheiro Laurindo, fazendo esquina com a Rua Marechal Deodoro, em cuja frente mede 24,07 m (vinte e quatro metros e sete centímetros) com a área total de 940,00 m² (novecentos e quarenta metros quadrados) aproximadamente, contendo um prédio em alvenaria de tijolos, coberto de telhas, bastante antigo, adquirido conforme transcrição n.º 32.135, do Livro 3 M, da 3.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 35/72

Curitiba, 28 de julho de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de janeiro de 1972, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando a instalação de um posto rural de revenda de produtos agropecuários à agricultores e criadores do Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Convênio que entre si celebram a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, para instalação de Pósto Rural de revenda de produtos agropecuários.

Aos catorze (14) dias do mês de janeiro de 1972, no Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, presente de um lado, o Dr. Roulien Basaglia, titular da Pasta e do outro o Sr. Hermínio Vinholi, Prefeito Municipal de Jandaia do Sul, deste Estado, devidamente autorizado a celebrar o presente convênio pela Lei Municipal n.º 727/71, de 13-10-71, doravante denominados respectivamente, Secretaria e Prefeitura, resolveram celebrar esse Convênio, perante as Testemunhas instrumentárias de praxe, para instalação naquele Município, de um Pósto de Revenda de produtos agropecuários, na forma que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA Objeto do Convênio

O objeto deste Convênio é a instalação, no Município de Jandaia do Sul, de um Pósto Rural de Revenda de produtos agropecuários a agricultores e criadores do município.

CLÁUSULA SEGUNDA Das Obrigações dos Convenientes

As obrigações dos convenientes, a seguir enumeradas, traduzem-se em:

I — da Secretaria:

- Instalar um Pósto de Revenda de produtos agropecuários a agricultores e criadores do Município de Jandaia do Sul.
- Tomar as providências cabíveis de renovação de estoque dos produtos agropecuários, de tal maneira que possa atender a demanda natural.

II — Da Prefeitura:

- Fornecer imóvel destinado à instalação e funcionamento do Pósto Rural de Revenda de produtos agropecuários a agricultores e criadores do município.
- No caso de locar o imóvel, pagar a locação com recursos próprios.
- Efetuar ampliações ou adaptação no imóvel cedido, a medida que o serviço do Pósto for exigido, pelo seu crescimento futuro.
- Fazer doação de um conservador comercial (geladeira), para a manutenção de vacinas e outros produtos que exijam câmaras frigoríficas.
- Ceder funcionário para responder pela chefia do Pósto Rural de Revenda, sem onus para a Secretaria.

CLÁUSULA TERCEIRA Do Prazo e Vigência

O prazo de duração do presente Convênio é de 5 (cinco) anos podendo ser renovado por igual período, de 30 (trinta) dias antes de seu término, não houver manifestações em contrário de qualquer dos convenientes.

Sua vigência, entretanto terá início a partir da publicação respectivamente no Diário Oficial do Estado e Órgão Oficial da Prefeitura.

CLÁUSULA QUARTA Do Aditamento e da Rescisão

Este Convênio, durante sua vigência, poderá ser alterado, mediante termos aditivos.

De igual, a qualquer tempo poderá ser rescindido, desde que previamente, com antecedência de 60 (sessenta) dias, seja denunciada a cláusula inadimplida.

Para firmeza e validade do que se estipulou, assinamos perante duas testemunhas instrumentárias, em quatro vias de igual teor.

Roulien Basaglia — Secretário da Agricultura

Hermínio Vinholi — Prefeito Municipal de Jandaia do Sul

1a. Testemunha: (Assinatura ilegível)

2a. Testemunha: (Assinatura ilegível)

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 36/72

Curitiba, 28 de julho de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de julho de 1972, entre a União, representada pelo Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, representado pela Secretaria da Agricultura, objetivando a execução a nível estadual, do SUB-PROGRAMA DE APOIO GOVERNAMENTAL À IMPLANTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SEMENTES — AGIPLAN, visando acelerar a produção e a utilização de sementes melhoradas, segundo as diretrizes técnicas preconizadas ao PLANO NACIONAL DE SEMENTES — PLANASEM.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expressa no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Térmo de Convenio Celebrado entre a União e o Estado do Paraná para fins que especificam.

Aos quatorze dias do mês de julho de 1972, a União Federal representada pelo Doutor João Palma Moreira, Diretor Estadual do Ministério da Agricultura a seguir denominado União e o Estado do Paraná representado pelo Doutor Roulien Basaglia, Secretário de Agricultura, devidamente autorizado pelo Sr. Governador do Estado, para execução através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, daqui por diante denominada Secretaria da Agricultura, acordam assinar o presente termo de Convênio em mútuo e estreita colaboração técnica e financeira, visando executar o Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN, na área de jurisdição da Secretaria da Agricultura, mediante às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Objetiva este Convênio a execução a nível estadual, do Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN, visando acelerar a produção e a utilização de sementes melhoradas, segundo as diretrizes técnicas preconizadas ao Plano Nacional de Sementes — PLANASEM.

CLÁUSULA SEGUNDA — Do AGIPLAN

AGIPLAN, para efeito deste Convênio é o Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do PLANASEM elaborado e aprovado pelo Ministério da Agricultura. O AGIPLAN integra e completa este instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA — Dos níveis de coordenação do Sub-Programa

A coordenação do Sub-Programa será estabelecida em 2 (dois) níveis: nacional e estadual e exercida por Coordenações, cuja composição, atribuição e competência estão definidas na Portaria Ministerial nr. 365, de 14 de outubro de 1971. (ANEXO I).

CLÁUSULA QUARTA — Da descrição das tarefas a cargo da Secretaria da Agricultura

Para que se alcance os objetivos do PLANASEM a Secretaria da Agricultura participará dos seguintes projetos:

Projeto I — pesquisa sobre Tecnologia e Análise de Sementes

Projeto II — Melhoramento e Experimentação

Projeto III — Produção, multiplicação e Beneficiamento de Sementes Básicas

Projeto IV — Organização da Produção de Sementes Melhoradas

Projeto V — Fiscalização do Comércio de Sementes.

CLÁUSULA QUINTA — Da Execução dos Sub-Projetos

A Secretaria da Agricultura executará os Projetos I, II, III e V, à que se refere a cláusula quarta do presente Convênio, na área de sua jurisdição territorial, cabendo-lhe elaborar Sub-Projetos e Planos Anuais de Operação, segundo as normas estabelecidas pelo AGIPLAN.

Parágrafo Único: Para a execução dos Sub-Projetos a Secretaria da Agricultura contará com a sua infra estrutura de pessoal técnico, além dos recursos previstos no AGIPLAN.

CLÁUSULA SEXTA — Dos Agentes Financeiros do AGIPLAN

São agentes financeiros do AGIPLAN a União e o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) consoante contrato mútuo a ser celebrado brevemente.

CLÁUSULA SÉTIMA — Da composição de recursos para execução do AGIPLAN

O AGIPLAN será executado com recursos da União e da Secretaria da Agricultura, no montante de Cr\$ 6.921.800,00 (seis milhões novecentos e vinte e um mil e oitocentos cruzeiros) e nas seguintes proposições:

a) — da UNIÃO

Cr\$ 4.496.200,00 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos cruzeiros), à conta do orçamento plurianual de investimentos e empréstimos com o BID, em parcelas anuais assim distribuídas:

FDAE	BID
Cr\$ 268.900,00 em 1972	— Cr\$ 888.800,00
Cr\$ 722.500,00 em 1973	— Cr\$ 1.041.000,00
Cr\$ 1.434.300,00 em 1974	— Cr\$ 140.700,00

B) — Da Secretaria da Agricultura

Cr\$ 2.425.600,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil e seiscentos cruzeiros), à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no seu orçamento para os exercícios de 1972, 1973 e 1974, em parcelas anuais distribuídas:

em 1972	— Cr\$ 268.800,00
em 1973	— Cr\$ 722.500,00
em 1974	— Cr\$ 1.434.300,00

Os recursos da Secretaria da Agricultura representarão 50% (cinquenta por cento), dos gastos operacionais do AGIPLAN destina-se a pessoal e despesas gerais dos Sub-Projetos:

Sub-Projeto I	— Cr\$ 417.300,00
Sub-Projeto II	— Cr\$ 817.600,00
Sub-Projeto III	— Cr\$ 820.400,00
Sub-Projeto V	— Cr\$ 370.300,00

CLÁUSULA OITAVA — Dos depósitos

As contribuições financeiras da União a que se refere a cláusula sétima serão depositadas no Banco do Brasil S.A. — Agência de Curitiba, em conta especial que será movimentada consoante normas de Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Agricultura, aprovadas pela Comissão Diretora do AGIPLAN.

Parágrafo Único: As contribuições financeiras do Estado a que se refere a cláusula sétima será depositada no Banco do Estado do Paraná, controlada pela Secretaria da Agricultura e movimentada de acordo com a Coordenação Estadual do AGIPLAN, e destinada a fazer face às despesas de pagamento de pessoal, gastos administrativos e operacionais.

CLÁUSULA NONA — Do Sistema de Operação Financeira

As partes convenientes estabelecerão um sistema de operação financeira, com vistas aos planos anuais de operação, com cronograma de aplicação e desembolso, obedecidas as regras do empréstimo contratado pelo BID que poderá fixar normas de reajustamento das contribuições dos convenientes e sua inclusão no Orçamento Plurianual do Investimento O.P.I.

CLÁUSULA DÉCIMA — Do controle Financeiro

O controle financeiro dos recursos deste Convênio será exercido através de auditoria da Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Agricultura que instituirá, também, normas para sua fiel execução, respeitando as normas previstas na legislação própria federal e estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — Das eventuais alterações do Convênio

Este Convênio poderá ser alterado no todo ou em parte, desde que existam condições técnicas supervenientes ou por força de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível. Ocorrendo quaisquer destas hipóteses a Coordenação Central do AGIPLAN proporá as alterações necessárias que deverão ser acordadas pelos convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Do prazo

O prazo de duração deste Convênio é de 3 (três) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Da Rescisão

O presente Convenio poderá ser rescindido por inadimplência às cláusulas e condições aqui estipuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — Do foro.

É competente o foro da União para dirimir toda e qualquer questão que venha ocorrer entre as partes convenientes.

E para constar e como prova de validade foi lavrado este Convênio em cinco vias, de um só teor e forma, perante as testemunhas instrumentais, para que produza os legítimos efeitos de direito.

a) João Palma Moreira

Diretor Estadual, pelo Ministério da Agricultura

a) Roubien Basaglia

Secretário da Agricultura, pelo Governador do Estado do Paraná

TESTEMUNHAS:

a) Humberto José Juli

a) Christiano Andregetto

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

37/72

Curitiba, 28 de julho de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de julho de 1972 entre a União, representada pelo Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, representado pelo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, objetivando a execução a nível estadual, do SUB-PROGRAMA DE APOIO GOVERNAMENTAL À IMPLANTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SEMENTES — AGIPLAN, visando acelerar a produção e a utilização de sementes melhoradas, segundo as diretrizes técnicas preconizadas ao PLANO NACIONAL DE SEMENTES — PLANASEM.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Termo de Convênio celebrado entre a União e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, visando a execução a Nível Estadual, do sub-programa de apoio governamental à implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN

Aos quatorze dias do mês de julho de 1972 (mil novecentos e setenta e dois) no Gabinete do Senhor Governador, a União Federal, através do Ministério da Agricultura, neste ato representado pelo Dr. João Palma Moreira, Diretor Estadual do Ministério da Agricultura no Paraná, de acordo com a delegação de competência que lhe foi concedida pela Portaria Ministerial n. 150 de 27 de abril de 1972, publicado no Diário Oficial da União de 03 de março de 1972, daqui por diante simplesmente denominado União, e o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, neste ato representado pelo seu Diretor, Sr. Diretor Olegário Vozz devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Governador do Estado daque por diante simplesmente denominado Co-Executor, acordam assinar o presente convênio em mútua e estreita colaboração técnica e financeira, visando participar na execução do Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes AGIPLAN, na área de jurisdição do Co-Executor, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Objetiva este Convênio a execução de nível estadual, do Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN, visando acelerar a produção e a utilização de sementes melhoradas, segundo as diretrizes técnicas preconizadas ao Plano Nacional de Sementes — PLANASEM.

CLÁUSULA SEGUNDA — Do AGIPLAN

AGIPLAN, para efeito deste Convênio, é o Sub-Programa de Apoio Governamental à Implantação do PLANASEM elaborado e aprovado pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. O AGIPLAN integra e complementa este instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA — Dos níveis de coordenação do Su-Programa

A coordenação do Sub-Programa será estabelecida em 2 (dois) níveis: nacional e estadual e exercida por Coordenações, cuja competência, atribuição e competência, então definidas na Portaria Ministerial n.º 365, de 14 de outubro de 1971.

CLÁUSULA QUARTA — Da descrição das tarefas a cargo do

Co-Executor

Para que se alcancem os objetivos do PLANASEM o Co-Executor participará dos seguintes projetos:

Projeto I — Pesquisa sobre a Tecnologia e Análise de sementes.

CLÁUSULA QUINTA — Na Execução dos Sub-Projetos

O Co-Executor executará os Projetos a que se refer a cláusula quarta do presente convênio, na área de sua jurisdição territorial, cabendo-lhe elaborar Sub-Projetos e Planos Anuais de Operação, segundo as normas estabelecidas pelo AGIPLAN.

Parágrafo único. Para a execução dos Sub-Projetos o Co-Executor contará com a sua infra-estrutura, pessoal técnico, além dos recursos previstos no AGIPLAN:

CLÁUSULA SEXTA — Dos Agentes Financeiros do AGIPLAN

São Agentes financeiros do AGIPLAN, a União, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Co-Executor no projeto do qual participará.

CLÁUSULA SÉTIMA — Da composição de recursos para execução do AGIPLAN

O AGIPLAN será executado com recursos da União e do Co-Executor, no montante de Cr\$ 888.300,00 (oitocentos e oitenta e oito mil e trezentos cruzeiros) e nas seguintes proporções:

a) da União

Cr\$ 526.300,00 (quinhentos e vinte e seis mil e trezentos cruzeiros), a

conta do orçamento plurianual de investimentos e empréstimos com o BID, em parcelas anuais assim distribuídas:

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO

DAS ÁREAS

ESTRATÉGICAS — F.D.A.E.

Cr\$	55.700,00	em 1972
Cr\$	133.000,00	em 1973
Cr\$	173.300,00	em 1974

BANCO INTERAMERICANO DE

DESENVOLVIMENTO — BID

Cr\$	152.500,00
Cr\$	6.500,00
Cr\$	5.300,00

b) do Co-Executor

Cr\$ 362.000,00 (trezentos e sessenta e dois mil cruzeiros), à conta de dotação orçamentária próprias, consignadas no seu orçamento para os exercícios de 1972, 1973 e 1974, em parcelas anuais assim distribuídas:

em 1972 — Cr\$	55.600,00
em 1973 — Cr\$	133.100,00
em 1974 — Cr\$	173.300,00

Parágrafo único. Os recursos do Co-Executor representarão 50% (cinquenta por cento) dos gastos operacionais do Su-Projeto I, de responsabilidade do Co-Executor.

CLÁUSULA OITAVA — dos depósitos

As contribuições financeiras da União, a que se refere a Cláusula Sétima, serão depositadas no Banco do Brasil S.A. Agência de Curitiba, em conta especial que será movimentada consoante normas a serem expedidas pela Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Agricultura, aprovadas pela Comissão Diretora do AGIPLAN.

Parágrafo Primeiro. As contribuições financeiras do Co-Executor para os exercícios de 1972 e 1974, a que se refere a Cláusula Sétima, serão depositadas no Banco do Estado do Paraná controlados pelo Co-Executor segundo as normas dos seus órgãos de controle financeiro e movimentadas em comum acordo com a Cooperação Estadual do AGIPLAN, destinado a fazer face as despesas de pessoal, gastos administrativos e operacionais.

Parágrafo Segundo. A contribuição financeira do Co-Executor para o exercício de 1972 a que se refere a Cláusula Sétima, será sob a forma de recursos constantes de sua programação normal, controlados indiretamente pela Coordenação Estadual e se referem a despesas com pagamento de seu pessoal efetivo, gastos administrativos e operacionais do projeto no qual participa.

CLÁUSULA NOVA — Do Sistema de Operação financeira

As partes convenientes estabelecerão um sistema de operação financeira, com vista aos planos anuais de operação, com cronograma de aplicação e desembolso, obedecidas as regras do empréstimo contratado pelo BID, que poderá fixar normas de reajustamento das contribuições dos convenientes e sua conclusão no Orçamento Plurianual de Investimento O.P.I.

CLÁUSULA DÉCIMA — Do controle financeiro

O controle financeiro dos recursos da União, constante deste Convênio, será exercido através de auditoria de Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Agricultura, que instituirá, também, normas para sua fiel execução.

Parágrafo único. O controle financeiro dos recursos do Co-Executor constante deste Convênio, será exercido através auditoria de seu órgão financeiro, obedecendo as normas próprias devendo fornecer uma cópia da prestação de contas à Coordenação Estadual do AGIPLAN.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — Das eventuais alterações do Convênio

Este Convênio poderá ser alterado no todo ou em parte, desde que existam condições técnicas supervenientes, ou por força de norma legal que o torne formal ou materialmente inequívoco.

Parágrafo único. Ocorrendo quaisquer destas hipóteses, a Coordenação Central do AGIPLAN proporá as alterações necessárias que deverão ser acordadas pelos convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Do prazo

O prazo de duração deste Convênio é de 3 (três) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Da rescisão

O presente Convênio poderá ser rescindido por inadimplência às cláusulas e condições aqui estipuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — Do foro

É competente o foro da União para dirimir toda e qualquer questão que venha ocorrer entre as partes convenientes.

E para constar e como prova de validade, foi lavrado este Convênio em sete vias, de um só teor e forma, perante as testemunhas instrumentais, para que produza os legítimos efeitos de direito.

aa) JOÃO PALMA MOREIRA

pelo Ministério da Agricultura

DINOR O. VOSS

pelo Co-Executor

Testemunhas:

ROULIEN BASAGLIA

LUIMAR PERLY

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM

38/72

Curitiba, 4 de agosto de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei objetivando elevar os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, ainda, os do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

O anteprojeto de lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa, objetiva, ainda, a majoração dos vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do

Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal.

Em complementação à majoração de remuneração concedida sob a forma de abono provisório, pela lei n. 6.279, de 31 de maio do corrente ano — que essa Augusta Casa de Leis houve por bem aprovar, em função das razões apresentadas pelo Executivo através da Mensagem n. 1-72 — é que encaminhado o anteprojeto fixando novos níveis de vencimentos ao funcionalismo dos três Poderes e do Tribunal de Contas, a vigorarem a partir de 1.º de outubro do corrente ano.

As tabelas de remuneração ora submetidas a essa Assembléia Legislativa Estadual, resultam de criteriosos estudos realizados pelos órgãos competentes da Administração, cujas conclusões tomaram por base, entre outros, os seguintes fatores fundamentais:

I — A atual conjuntura financeira do Estado, observadas a taxa de crescimento da receita e a previsão de arrecadação para os próximos meses;

II — as determinações emanadas da Carta Magna da Nação e da legislação federal aplicável à espécie;

III — a determinação de manter a despesa global com pessoal, em bases que ofereçam o necessário equilíbrio, conforme preceituam os artigos 64 da Constituição Federal e 34 da Constituição do Estado; e

IV — a política salarial adotada pela União com relação ao funcionalismo federal, acompanhando de perto as bases percentuais das majorações concedidas por períodos específicos.

Para atendimento às despesas decorrentes da majoração proposta, o Plano de Lei em questão contém disposição expressa autorizando a abertura dos créditos suplementares que se fizerem necessários, até o limite de Cr\$ 30.000 (trinta milhões de cruzeiros).

Certo de que a medida proposta merecerá desta Colenda Casa o necessário apoio e consequentemente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

ANTE PROJETO DE LEI

1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam, a partir de 1.º de outubro de 1972, fixados na forma das tabelas constantes dos Anexos I a IV, que fazem parte integrante da presente lei.

Parágrafo único. O pagamento do abono provisório de que trata a lei n. 6.279, de 31 de maio de 1972, fica susinado a partir da data estabelecida no "caput" deste artigo.

Art. 2.º — Os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal, são majorados a partir de 1.º de outubro de 1972, na forma estabelecida nas tabelas contidas no Anexo V, desta lei.

Art. 3.º — O salário família fica fixado em Cr\$ 18,00 (dezoito cruzeiros) por dependente.

Art. 4.º — Os efeitos desta lei são extensivos ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 5.º — Os vencimentos decorrentes desta lei, não incidirão nem servirão de base ao cálculo das vantagens instituídas pela lei n. 6.212, de 9 de agosto de 1971 e pelo art. 3.º da lei n. 6.156, de 2 de outubro de 1970, vantagens essas que, em consequência, permanecem com seus valores inalterados.

Art. 6.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a execução da presente lei.

Art. 7.º — Ressalvados os dispositivos que impõem sua eficácia em data certa, esta lei entrarão em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A N E X O "I"

VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER EXECUTIVO

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível	
1	Cr\$ 276,00
2	Cr\$ 276,00
3	Cr\$ 276,00
4	Cr\$ 276,00
5	Cr\$ 276,00
6	Cr\$ 276,00
7	Cr\$ 280,00
8	Cr\$ 286,00
9	Cr\$ 297,00
10	Cr\$ 308,00
11	Cr\$ 328,00
12	Cr\$ 348,00
13	Cr\$ 385,00
14	Cr\$ 425,00
15	Cr\$ 462,00
16	Cr\$ 502,00
17	Cr\$ 579,00
18	Cr\$ 656,00
19	Cr\$ 732,00
20	Cr\$ 810,00
21	Cr\$ 887,00
22	Cr\$ 964,00
23	Cr\$ 1.041,00
24	Cr\$ 1.118,00
25	Cr\$ 1.194,00
26	Cr\$ 1.272,00
27	Cr\$ 1.349,00
28	Cr\$ 1.426,00
29	Cr\$ 1.503,00
30	Cr\$ 1.592,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	
1-C	Cr\$ 1.580,00
2-C	Cr\$ 1.822,00
3-C	Cr\$ 1.676,00
4-C	Cr\$ 1.542,00
5-C	Cr\$ 1.419,00
6-C	Cr\$ 1.305,00
7-C	Cr\$ 1.201,00
8-C	Cr\$ 1.105,00
9-C	Cr\$ 1.017,00
10-C	Cr\$ 935,00
11-C	Cr\$ 861,00
12-C	Cr\$ 792,00
13-C	Cr\$ 728,00
14-C	Cr\$ 670,00
15-C	Cr\$ 617,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	
1-F	Cr\$ 254,00
2-F	Cr\$ 225,00
3-F	Cr\$ 198,00
4-F	Cr\$ 159,00
5-F	Cr\$ 146,00
6-F	Cr\$ 119,00
7-F	Cr\$ 93,00
8-F	Cr\$ 80,00
9-F	Cr\$ 66,00
10-F	Cr\$ 53,00

TABELA D — INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

Posto ou Graduação	
Coronel	Cr\$ 1.254,00
Tte. Coronel	Cr\$ 1.183,00
Major	Cr\$ 1.043,00
Capitão	Cr\$ 905,00
1.º Tenente	Cr\$ 839,00
2.º Tenente	Cr\$ 775,00
Asp. a Oficial	Cr\$ 685,00
Subterente	Cr\$ 585,00
1.º Sargento	Cr\$ 554,00
2.º Sargento	Cr\$ 528,00
3.º Sargento	Cr\$ 512,00
Cadete Esc. Of. 3.º a.	Cr\$ 521,00
Cadete Esc. Of. 2.º a.	Cr\$ 512,00
Cadete Esc. Of. 1.º a.	Cr\$ 497,00
Cabo	Cr\$ 425,00
Soldado	Cr\$ 385,00
Soldado Recruta	Cr\$ 359,00

A N E X O "I"

VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER LEGISLATIVO

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível	
1	Cr\$ 271,00
2	Cr\$ 274,00
3	Cr\$ 286,00
4	Cr\$ 297,00
5	Cr\$ 308,00
6	Cr\$ 320,00
7	Cr\$ 331,00
8	Cr\$ 343,00
9	Cr\$ 354,00
10	Cr\$ 365,00
11	Cr\$ 400,00
12	Cr\$ 434,00
13	Cr\$ 479,00
14	Cr\$ 525,00
15	Cr\$ 594,00
16	Cr\$ 662,00
17	Cr\$ 742,00
18	Cr\$ 822,00
19	Cr\$ 901,00
20	Cr\$ 981,00
21	Cr\$ 1.061,00
22	Cr\$ 1.141,00
23	Cr\$ 1.221,00
24	Cr\$ 1.301,00
25	Cr\$ 1.380,00
26	Cr\$ 1.460,00
27	Cr\$ 1.540,00
28	Cr\$ 1.620,00
29	Cr\$ 1.700,00
30	Cr\$ 1.780,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	
1-C	Cr\$ 1.980,00
2-C	Cr\$ 1.822,00
3-C	Cr\$ 1.676,00
4-C	Cr\$ 1.542,00
5-C	Cr\$ 1.419,00
6-C	Cr\$ 1.305,00
7-C	Cr\$ 1.201,00
8-C	Cr\$ 1.105,00
9-C	Cr\$ 1.017,00

10-C	Cr\$	935,00
11-C	Cr\$	861,00
12-C	Cr\$	792,00
13-C	Cr\$	728,00
14-C	Cr\$	670,00
15-C	Cr\$	617,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo		
1-F	Cr\$	264,00
2-F	Cr\$	225,00
3-F	Cr\$	198,00
4-F	Cr\$	159,00
5-F	Cr\$	146,00
6-F	Cr\$	119,00
7-F	Cr\$	93,00
8-F	Cr\$	80,00
9-F	Cr\$	66,00
10-F	Cr\$	53,00

TABELA D — CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR

Cargo		
Diretor Adjunto	Cr\$	3.125,00
Assistente Técnico	Cr\$	3.125,00
Médico	Cr\$	2.750,00
Secretário de Comissão	Cr\$	2.750,00

ANEXO "I I"

VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO PODER JUDICIÁRIO

TABELA A — CARGOS EFETIVOS (Carreiras)

Nível		
1	Cr\$	276,00
2	Cr\$	276,00
3	Cr\$	286,00
4	Cr\$	297,00
5	Cr\$	308,00
6	Cr\$	320,00
7	Cr\$	331,00
8	Cr\$	343,00
9	Cr\$	354,00
10	Cr\$	365,00
11	Cr\$	400,00
12	Cr\$	434,00
13	Cr\$	479,00
14	Cr\$	525,00
15	Cr\$	594,00
16	Cr\$	662,00
17	Cr\$	742,00
18	Cr\$	822,00
19	Cr\$	901,00
20	Cr\$	981,00
21	Cr\$	1.061,00
22	Cr\$	1.141,00
23	Cr\$	1.221,00
24	Cr\$	1.301,00
25	Cr\$	1.380,00
26	Cr\$	1.460,00
27	Cr\$	1.540,00
28	Cr\$	1.620,00
29	Cr\$	1.700,00
30	Cr\$	1.780,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo		
1-C	Cr\$	1.980,00
2-C	Cr\$	1.822,00
3-C	Cr\$	1.676,00
4-C	Cr\$	1.542,00
5-C	Cr\$	1.419,00
6-C	Cr\$	1.305,00
7-C	Cr\$	1.201,00
8-C	Cr\$	1.105,00
9-C	Cr\$	1.017,00
10-C	Cr\$	935,00
11-C	Cr\$	861,00
12-C	Cr\$	792,00
13-C	Cr\$	728,00
14-C	Cr\$	670,00
15-C	Cr\$	617,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo		
1-F	Cr\$	264,00
2-F	Cr\$	225,00
3-F	Cr\$	198,00
4-F	Cr\$	159,00
5-F	Cr\$	146,00
6-F	Cr\$	119,00
7-F	Cr\$	93,00
8-F	Cr\$	80,00
9-F	Cr\$	66,00
10-F	Cr\$	53,00

TABELA D — CARGOS DO QUADRO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO

Cargo		
Assistente	Cr\$	2.966,00
Assessor Jurídico	Cr\$	2.966,00
Diretor Auxiliar	Cr\$	2.966,00
Diretor Sec. da C.G.J.	Cr\$	2.966,00
Assessor de Recursos	Cr\$	2.966,00
Assessor Adm. Imóveis	Cr\$	2.966,00
Secretário da Assessoria de Imóveis	Cr\$	1.597,00

ANEXO "I V"

VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível		
1	Cr\$	271,00
2	Cr\$	273,00
3	Cr\$	286,00
4	Cr\$	297,00
5	Cr\$	308,00
6	Cr\$	320,00
7	Cr\$	331,00
8	Cr\$	343,00
9	Cr\$	354,00
10	Cr\$	365,00
11	Cr\$	400,00
12	Cr\$	434,00
13	Cr\$	479,00
14	Cr\$	525,00
15	Cr\$	594,00
16	Cr\$	662,00
17	Cr\$	742,00
18	Cr\$	822,00
19	Cr\$	901,00
20	Cr\$	981,00
21	Cr\$	1.061,00
22	Cr\$	1.141,00
23	Cr\$	1.221,00
24	Cr\$	1.301,00
25	Cr\$	1.380,00
26	Cr\$	1.460,00
27	Cr\$	1.540,00
28	Cr\$	1.620,00
29	Cr\$	1.700,00
30	Cr\$	1.780,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo		
1-C	Cr\$	1.980,00
2-C	Cr\$	1.822,00
3-C	Cr\$	1.676,00
4-C	Cr\$	1.542,00
5-C	Cr\$	1.419,00
6-C	Cr\$	1.305,00
7-C	Cr\$	1.201,00
8-C	Cr\$	1.105,00
9-C	Cr\$	1.017,00
10-C	Cr\$	935,00
11-C	Cr\$	861,00
12-C	Cr\$	792,00
13-C	Cr\$	728,00
14-C	Cr\$	670,00
15-C	Cr\$	617,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo		
1-F	Cr\$	264,00
2-F	Cr\$	225,00
3-F	Cr\$	198,00
4-F	Cr\$	159,00
5-F	Cr\$	146,00
6-F	Cr\$	119,00
7-F	Cr\$	93,00
8-F	Cr\$	80,00
9-F	Cr\$	66,00
10-F	Cr\$	53,00

TABELA D — CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR

Cargo		
Secretário Geral	Cr\$	2.376,00
Diretor	Cr\$	2.277,00
Assessor Técnico	Cr\$	2.079,00
Assessor Técnico do Presidente	Cr\$	2.079,00
Tesoureiro	Cr\$	2.079,00
Auxiliar de Tesoureiro	Cr\$	1.042,00
Secretário do Presidente	Cr\$	1.042,00
Delegado	Cr\$	1.042,00
Bibliotecário	Cr\$	1.042,00
Motorista	Cr\$	1.042,00

ANEXO "V"

VENCIMENTOS DOS MEMBROS DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DOS CONSELHEIROS E AUDITORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO E DO PROCURADOR GERAL E PROCURADORES DO ESTADO JUNTO AO MESMO TRIBUNAL.

TABELA A — MAGISTRATURA

Desembargador	Cr\$	5.850,00
---------------	------	----------

Juiz do Tribunal de Alçada	Cr\$ 5.557,50
Juiz de Entrância Final	Cr\$ 5.200,00
Juiz de Entrância Intermediária	Cr\$ 4.680,00
Juiz de Entrância Inicial	Cr\$ 4.212,00
Juiz Substituto	Cr\$ 3.790,80

TABELA B — MINISTÉRIO PÚBLICO

Procurador Geral da Justiça	Cr\$ 5.850,00
Procurador da Justiça	Cr\$ 5.200,00
Promotor de Justiça de Entrância Final	Cr\$ 4.680,00
Promotor de Justiça de Entrância Intermediária	Cr\$ 4.212,00
Promotor de Justiça de Entrância Inicial	Cr\$ 3.790,80
Promotor Substituto	Cr\$ 3.032,65

TABELA C — TRIBUNAL DE CONTAS

Conselheiro	Cr\$ 5.850,00
Auditor	Cr\$ 5.049,00
Procurador Geral	Cr\$ 5.049,00
Procurador	Cr\$ 5.049,00

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTO:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas prerrogativas regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado apelo no sentido de que seja ativado o Instituto de promoção dos funcionários civis do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1972.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

O apelo que ora fazemos ao Exmo. Sr. Governador coincide com sua mensagem, enviada a esta Casa, propondo o aumento do funcionalismo estadual. O Instituto de promoção apesar de disposto em Lei, e também regulamentado, não tem sido aplicado. Entretanto as promoções são realizadas, regularmente, pelo Judiciário, Polícia Militar e Tribunal de Contas e, ao que sabemos, somente o Executivo não as faz. Ahamos injusto que tal aconteça e, pedindo o apoio dos nossos pares, fazemos ao Exmo. Sr. Governador do Estado este apelo para que, por intermédio dos órgãos competentes sejam restabelecidas as promoções dos funcionários estaduais.

O direito às promoções pelos Arts. 74 a 87 é regulamentado pela Lei que instituiu o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

Cumpra, aqui, destacar:

"Art. 79 — As promoções serão realizadas de seis em seis meses, desde que verificada a existência de vagas".

E ainda:

"Art. 80 — Será de dois anos de efetivo exercício na classe o interstício para promoção".

Porém, todos sabemos que as promoções não se realizam há anos. E, é o caso de se perguntar: a quem cabe a culpa?

Tudo cidadão ao ingressar em uma carreira, e funcionário público é uma carreira, tem por objetivo ir da base ao topo, desde o cargo mais humilde até o mais elevado. É o caso do próprio estudante, que vai desde as primeiras letras até ao curso superior.

A estrutura política de uma nação é o Estado. O Estado se faz presente através da Administração Pública que é exercida pelos funcionários. A Administração Pública é a Universidade, é a ferrovia, é o hospital, é o museu é o serviço de água, é a coletoria. E, quem movimenta isso tudo? O funcionário público, o pessoal do Serviço Público.

O Serviço Público é a própria segurança de uma Nação. Produz bens e serviços que são o bem estar da coletividade. É o mantenedor da própria estrutura social.

Assim temos que o funcionalismo é um sistema de carreiras, de postos e cargos.

Havendo uma carreira, forçosamente haverá o acesso e promoção.

Como já dissemos a promoção e acesso representam, para o funcionário público, a satisfação de progredir profissionalmente. Transmitem à família do funcionário e a sociedade, tranquilidade e bem estar.

Esta é a Justificativa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente. Está livre a palavra. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nr. 22-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nr. 103-72, aprova em todos os seus termos, o convênio celebrado a 9-12-71, entre o Departamento Estadual de Trânsito e o Município de Curitiba, conforme disposto no artigo 32, do Regulamento Nacional de Trânsito. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nr. 23-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nr. 124-72, aprova o convênio celebrado em 3-12-71, entre o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — IPASE — e o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado do Paraná — I.P.E. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nr. 24-72, de autoria do Deputado Wilson Fortes e outros, que dispõe sobre a realização dos Trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado, até 17 de novembro de 1972. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nr. 21-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nr. 121-72, que aprova o convênio celebrado entre o Banco Nacional de Habitação, Governo do Estado do Paraná, Banco do Estado do Paraná S. A., Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nr. 21-72

Art. 1.o — Fica aprovado o convênio celebrado entre o Banco Nacional de Habitação, Governo do Estado do Paraná, Banco do Estado do Paraná S. A., Secretaria de Viação e Obras Públicas e Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR.

Art. 2.o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente.

Santos Lima — Relator.

Igo Losso

Maurício Fruct

Ovidio Franzoni

Cândido M. de Oliveira

Emílio Carazzai

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nr. 121-72

ASSUNTO: MENSAGEM Nr. 121-72.

SÚMULA: Encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado em 23-3-72, entre o Banco Nacional de Habitação, Governo do Estado do Paraná, Banco do Estado do Paraná S. A., Secretaria de Viação e Obras Públicas e Cia. de Saneamento do Paraná.

PARECER

De alta significação social e administrativa o convênio ora em exame. No próprio texto do documento está inserido o alto interesse público na sua execução. Não fere princípios legais ou constitucionais: Somos pela aprovação na forma do projeto de resolução anexo.

Este, s.m.j., nosso parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente.

Santos Lima — Relator

Igo Losso

Maurício Fruct

Ovidio Franzoni

Emílio Carazzai

Convênio que, entre si, celebram o Banco Nacional de Habitação, o Governo do Estado do Paraná S. A., a Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, com o objetivo de fixar condições para a realização do programa de abastecimento de água do Estado do Paraná.

O Banco Nacional de Habitação, empresa pública instituída nos termos da Lei nr. 5.762, de 14 de dezembro de 1971, inscrito no CGCMF sob o nr. 33.633.686, com sede no Distrito Federal, também funcionando na cidade do Rio de Janeiro, à Avenida Presidente Wilson, nr. 164, Estado da Guanabara, daqui por diante designado BNH, o Governo do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná S. A., a Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, representados, neste ato e na forma legal ou estatutária, pelos abaixo assinados ajustam as condições gerais para a realização do Programa de Abastecimento de Água em cidades do Estado do Paraná, mediante as seguintes cláusulas:

1) — FINALIDADE DO CONVENIO

CLÁUSULA PRIMEIRA — O presente CONVÊNIO destina-se a estabelecer as condições gerais para a realização do programa integrado, no âmbito do Estado do Paraná, que visa ao equacionamento global e permanente do problema de abastecimento de água, em Municípios desse Estado, nos moldes preconizados pelo Plano Nacional de Saneamento — PLANASA.

2 — IMPLEMENTAÇÃO DO CONVENIO

CLÁUSULA SEGUNDA — O presente CONVÊNIO será implementado através do Programa de Financiamento para Saneamento — FINASA, e seus Subprogramas.

3 — EXECUÇÃO DO CONVENIO

CLÁUSULA TERCEIRA — O presente CONVÊNIO será executado através de contratos de financiamento, nas condições aqui ajustadas, observada a regulamentação competente do BNH.

4 — VIGENCIA DO CONVENIO

CLÁUSULA QUARTA — O presente CONVÊNIO terá por vigência o período de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

5 — PROGRAMA ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA — PEAG

CLÁUSULA QUINTA — O Programa de Abastecimento de Água do Estado do Paraná, doravante denominado PROGRAMA e que, rubricado pelos signatários, faz parte integrante do presente CONVÊNIO, para todos os fins de direito, caracteriza-se, em especial, pelos seguintes elementos, constantes do ANEXO:

a) a definição dos objetivos;

- b) o prazo previsto para o abastecimento de água a pelo menos 80% da população urbana do Estado;
- c) as metas a serem alcançadas, ano a ano, em termos de população abastecida em valores absolutos e relativos à população urbana do Estado;
- d) o cronograma de desembolso, na forma do item 7 da RD nr. 16-71;
- e) a evolução programada para as Despesas Operacionais da Concessionária (MUTUÁRIO FINAL);
- f) a evolução programada para as Despesas Financeiras da Concessionária (MUTUÁRIO FINAL);
- g) a evolução dos principais parâmetros a que deve se subordinar o esquema tarifário da Concessionária (MUTUÁRIO FINAL);
- h) a evolução prevista para o total anual de contratações de projetos, em UPC;
- i) a evolução prevista para o ativo e para os retornos do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR;
- j) o destaque dos elementos de que tratam as alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, desta Cláusula, para o período governamental vigente;
- k) a lista provisória dos núcleos urbanos a serem beneficiados ordenada segundo grau de prioridade assinalados os principais elementos para efeito de execução do PROGRAMA.

CLÁUSULA SEXTA — Deverá ser apresentado pelo AGENTE PROMOTOR o Estudo Global de Viabilidade Econômico-Financeira da Concessionária (MUTUÁRIO FINAL), doravante denominado ESTUDO DE VIABILIDADE, e que passará a fazer parte integrante deste CONVÊNIO, quando aceito pelo BNH.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O ESTUDO DE VIABILIDADE deverá apresentar uma avaliação do PROGRAMA, explicitando os elementos referidos na Cláusula anterior, e deverá conter, necessariamente, a lista completa dos núcleos urbanos, assinalados os principais elementos para efeito de execução do PROGRAMA, que atenda aos objetivos e substitua a lista provisória mencionada na alínea k da Cláusula anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO — O ESTUDO DE VIABILIDADE deverá ser apresentado ao BNH no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura deste CONVÊNIO.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Na hipótese de o ESTUDO DE VIABILIDADE apresentado ser recusado, no todo ou em parte, pelo BNH, será concedido novo prazo para a sua reformulação.

PARÁGRAFO QUARTO — Os estímulos de que trata a CLÁUSULA DÉCIMA poderão ser suspensos quando ocorrerem e permanecerão suspensos enquanto perdurarem os seguintes motivos:

- a) não observância dos prazos estipulados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO desta Cláusula; e/ou
- b) verificação de inviabilidade do PROGRAMA; ou
- c) não aceitação pelo BNH, a seu critério, do PROGRAMA revisto.

CLÁUSULA SÉTIMA — Se o ESTUDO DE VIABILIDADE aceito pelo BNH implicar em modificação do PROGRAMA e, em especial, dos elementos referidos na CLÁUSULA QUINTA, o PROGRAMA revisto, se aceito pelo BNH, a seu critério, com destaque daqueles elementos, passará a vigorar em substituição ao original, através de documento que contenha a concordância, por escrito, de todos que são partes neste CONVÊNIO.

CLÁUSULA OITAVA — Anualmente será avaliada a evolução do PROGRAMA, e em função dessa avaliação serão revistos o PROGRAMA e, em especial, os valores referidos na CLÁUSULA QUINTA, observado o disposto no subitem 7.4 da RD nr. 16-71.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Dentro dos primeiros noventa (90) dias de cada exercício financeiro, deverá ser encaminhada ao BNH uma atualização do ESTUDO DE VIABILIDADE, contendo, explicitamente, as alterações sofridas pelo PROGRAMA e pela Concessionária (MUTUÁRIO FINAL), para que, a exclusivo juízo do BNH, se promova a revisão referida nesta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO — O PROGRAMA revisto, bem como a respectiva atualização do ESTUDO DE VIABILIDADE, passarão a fazer parte integrante do presente Convênio, através de documento que contenha a concordância, por escrito, de todos que são partes neste CONVÊNIO.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Todas as obrigações pactuadas no presente CONVÊNIO em relação ao PROGRAMA inicial e ao ESTUDO DE VIABILIDADE inicial, passarão automaticamente, a vigorar em relação ao PROGRAMA revisto e à respectiva atualização do ESTUDO DE VIABILIDADE, na hipótese da revisão prevista nesta Cláusula, e desde que cumprido o disposto no Parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUARTO — Na hipótese de não aceitação pelo BNH do PROGRAMA revisto e respectiva atualização do ESTUDO DE VIABILIDADE, continuarão em pleno vigor o PROGRAMA e ESTUDO DE VIABILIDADE anteriormente vigentes.

6 — DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPANTES

CLÁUSULA NONA — Para os fins previstos no presente Convênio e nos contratos dele decorrentes ou vinculados são designados como:

- a) ENTIDADE FINANCIADORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ;
- b) AGENTE FINANCEIRO: BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S. A.;
- c) AGENTE PROMOTOR: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ — SANEPAR;
- d) ÓRGÃO GESTOR: BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S. A.;
- e) MUTUÁRIO FINAL: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ — SANEPAR.

PARÁGRAFO ÚNICO — O Órgão Gestor poderá ser substituído de comum acordo entre o BNH e a Entidade Financiadora, segundo o que estabelece o Convênio de Constituição do FAE-PR e suas eventuais alterações.

7 — COMPROMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA — O BNH compromete-se a conceder os estímulos de que trata o subitem 1.2 da RD n. 16-71, de forma a atingir os objetivos do presente CONVÊNIO, desde que sejam satisfeitas as condições básicas previstas no item 2 da RD n. 16-71 e as demais disposições deste CONVÊNIO.

PARÁGRAFO ÚNICO — Os estímulos de que trata esta Cláusula poderão ser suspensos a qualquer tempo, a Juízo do BNH e independentemente de qualquer outra penalidade cabível, desde que seja constatada a infração de qualquer norma do BNH, e, em especial, as disposições previstas no item 2 da RD 16-71.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — A ENTIDADE FINANCIADORA compromete-se a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH no âmbito de sua competência, e, em especial:

- a) a cumprir o que estabelece o Convênio de Constituição do FAE-PR e suas eventuais alterações;

- b) a cumprir e/ou fazer cumprir as condições básicas de que trata o item 2 da RD n. 16-71;

c) a oferecer as garantias necessárias que, se aceitas pelo BNH, assegurarão o estrito cumprimento das obrigações assumidas nos empréstimos decorrentes do presente CONVÊNIO que vierem a ser concedidos pelo BNH ao AGENTE FINANCEIRO, e que se constituirão no Contrato Acessório de Garantia a ser celebrado entre o BNH e a ENTIDADE FINANCIADORA e no qual esta figurará como FIADOR;

d) a consignar, anualmente, em seu orçamento, liberar e depositar no FAE-PR os valores constantes do ANEXO, referidos na alínea "c" do cronograma de que trata o item 7 da RD n. 16-71, com as alterações que venham a ser acordadas na forma deste Convênio e da regulamentação em vigor;

e) a proporcionar todos os recursos financeiros necessários à conclusão dos Projetos, além dos concedidos e previstos nos contratos de financiamento que vierem a ser firmados pelo BNH como decorrência do presente CONVÊNIO;

f) a arcar, sob a forma de integralização do FAE-PR com as eventuais perdas nele ocorridas por efeitos inflacionários, sempre que não for utilizada a facilidade concedida na ID-SFS-02-71, de depositar o saldo do FAE-PR no BNH;

g) a providenciar, em tempo hábil, os atos legais e administrativos que se tornarem indispensáveis à validade e ao cumprimento dos compromissos assumidos, neste CONVÊNIO, quer diretamente pela ENTIDADE FINANCIADORA, quer os que o forem através das entidades estaduais designadas na CLÁUSULA NONA ou outras subordinadas, cujo concurso se torne indispensável ao cumprimento do PROGRAMA sob os pontos de vista, de viabilidade econômico-financeira, técnica e administrativa;

h) a enviar ao BNH, quando do encerramento de cada exercício financeiro, o balanço do Estado, bem como a previsão justificada da evolução da Receita Tributária Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — O AGENTE FINANCEIRO compromete-se, a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH, no âmbito de sua competência e em especial, a cumprir, por conta de cada financiamento que vier a contratar com o BNH, em decorrência do presente Convênio, as seguintes condições:

- a) responsabilizar-se, como Mutuário do BNH e Mutuante dos beneficiários finais, pela boa formalização das operações, assim como pela correta aplicação dos recursos e pontual cumprimento das obrigações assumidas até a integral quitação da dívida com aquele contraída, respondendo por quaisquer irregularidades, deficiências ou omissões apuradas;

b) pagar, ao BNH, os prêmios de seguros relativos à operações, porventura exigidos; as taxas de administração e de serviços técnicos, na base de 1% (hum por cento) cada uma, calculadas sobre o valor mutuado e pagar à medida do levantamento de cada parcela; e, ainda, a taxa de compromisso igual à taxa de juros dos recursos contratados do BNH, que incidirá sobre as parcelas não utilizadas na conformidade do cronograma financeiro, acrescida de 1% (hum por cento) se a não utilização ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias, podendo o BNH, se julgar conveniente, descontar a importância a elas correspondentes do valor dos desembolsos, salvo se, por motivo de força maior, a pedido do AGENTE FINANCEIRO, for aprovado pelo BNH novo cronograma financeiro;

c) fazer o registro independente da utilização dos recursos recebidos do BNH, para o fiel controle da sua aplicação a comprovação do desenvolvimento da obra;

d) permitir e a facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização da execução do Projeto por funcionário do BNH ou peritos por ele contratados e a facilitar lhes o livre acesso a quaisquer documentos ou arquivos pertinentes, sem que esta fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do BNH;

e) apresentar, ao BNH, dentro de 30 (trinta) dias do encerramento de cada trimestre civil, relatório referente à aplicação dos recursos recebidos do BNH;

f) apresentar, ao BNH, dentro de 90 (noventa) dias do encerramento financeiro de cada exercício, exemplares do balanço do aludido exercício, com as informações relativas às receitas e despesas, que serão certificados por auditores independentes, aceitáveis pelo BNH;

g) ceder, ao BNH, os direitos relativos às garantias constituídas para o integral implemento das obrigações contraídas pelo MUTUÁRIO FINAL em contratos previstos neste Convênio e que vierem a ser firmados com o AGENTE FINANCEIRO;

h) fazer integrar nos demais atos de que participe, vinculados e/ou decorrentes do presente Convênio, assim como, de cada contrato de financiamento firmado com o BNH, as resoluções neles expressamente citadas e as demais normas em vigor do BNH relativas ao Sistema Financeiro do Saneamento;

i) apresentar, ao BNH, à satisfação deste e de comum acordo com o AGENTE PROMOTOR, as propostas de alterações ou retificações que se fizerem necessárias nos cronogramas físico e/ou financeiro, seja por iniciativa própria ou em atendimento às solicitações do BNH;

j) cumprir e/ou fazer cumprir, no âmbito de sua atuação, as condições básicas de que trata o item 2 da RD n. 16-71;

k) apresentar, a qualquer tempo, dados, informações e elementos que se tornarem necessários a critério do BNH e quando por este forem exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — O MUTUÁRIO FINAL compromete-se, a respeitar e ou fazer respeitar a regulamentação do BNH, no âmbito de sua competência e, em especial, a cumprir, por conta de cada financiamento que vier a contratar em decorrência do presente Convênio, as seguintes condições:

- a) abrir e manter, em estabelecimento do AGENTE FINANCEIRO ou em outro aceito pelo BNH, conta de depósito bloqueada até o valor correspondente a 1,2 (hum vírgula dois) da prestação vincenda, constituída de amortização e juros, corrigida monetariamente e, no período de carência 1,2 (hum vírgula dois) do valor dos juros que o AGENTE FINANCEIRO for obrigado a pagar ao BNH nas condições entre estes contratadas, facultando ao BNH dele se utilizar para o integral implemento das obrigações assumidas pelo AGENTE FINANCEIRO, perante o BNH, conferindo a este poderes necessários à movimentação da referida conta, nos quais, assim que outorgados, ficará o BNH automaticamente substabelecido, independente de qualquer outro ato, para, se necessário, fazer saques, passar recibos e dar quitação em nome do MUTUÁRIO FINAL, e, enfim para praticar todos os atos necessários à execução dos poderes substabelecidos;

b) retornar ao FAE-PR os recursos dele provenientes, sob a forma de financiamento, nas condições e nas datas fixadas nos contratos pertinentes;

c) apresentar, ao AGENTE FINANCEIRO, à satisfação deste e de comum acordo com o AGENTE PROMOTOR, as propostas de alterações ou retificações que se fizerem necessárias nos cronogramas físico e financeiro, seja por iniciativa própria ou em atendimento às solicitações do AGENTE FINANCEIRO;

d) contribuir, se for o caso, com recursos suficientes para a conclusão dos Projetos;

e) fazer prova, junto ao BNH e ao AGENTE FINANCEIRO, no prazo de 3 (três) meses, a partir da data de assinatura de cada contrato entre estes celebrado, prorrogável a critério do BNH, de haver instituído sistema de tarifas ou taxas remuneratórias atualizáveis pela aplicação obrigatória de índices pré-estabelecidos, aprovados pelo BNH;

f) — fazer prova, junto ao BNH e ao AGENTE FINANCEIRO, no prazo de 3 (três) meses, a contar da data da assinatura de cada contrato entre estes celebrado, de haver organizado contabilidade apropriada e independente, considerada satisfatória pelo BNH;

g) assegurar o bom funcionamento dos sistemas financiados à conta de recursos provenientes do BNH;

h) utilizar os bens e serviços adquiridos com os recursos provenientes do BNH, exclusivamente para os fins estipulados em cada contrato firmado entre o BNH e o AGENTE FINANCEIRO, salvo prévia autorização do BNH;

i) permitir e a facilitar, a qualquer tempo a fiscalização da execução dos Projetos por funcionários do BNH ou peritos por ele contratados, e a facilitar-lhes o livre acesso às obras e instalações, bem como quaisquer documentos ou arquivos pertinentes, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do BNH;

j) promover a contratação dos Projetos de acordo com a ordenação prioritária aprovada pelo BNH;

k) apresentar, dentro do prazo de 90 (noventa) dias do encerramento financeiro de cada exercício, exemplares do balanço do aludido exercício, com as informações relativas às receitas e despesas, que serão certificados por auditores independentes, aceitáveis pelo BNH;

l) exigir das firmas projetistas a elaboração de projetos técnicos que obedeçam as normas aprovadas pelo BNH;

m) elaborar o ESTUDO DE VIABILIDADE a que se refere a CLÁUSULA SEXTA;

n) cumprir ou fazer cumprir no âmbito de sua atuação as condições básicas de que trata o item 2 da RD — 16.71;

o) apresentar, a qualquer tempo, dados, informações e elementos que se tornarem necessários a critério do BNH e quando por este forem exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — O AGENTE PROMOTOR compromete-se a respeitar ou fazer respeitar a regulamentação do BNH, no âmbito de sua competência e, em especial, a cumprir por conta do desenvolvimento do PROGRAMA e de cada contrato de financiamento em que intervir, decorrente do presente Convênio, as seguintes condições:

a) apresentar ao BNH o ESTUDO DE VIABILIDADE a que se refere a CLÁUSULA SEXTA, no prazo ali indicado, bem como as atualizações que se fizerem necessárias, de acordo com a CLÁUSULA OITAVA;

b) levantar os dados necessários ao conhecimento permanente da evolução do saneamento básico no Estado, de forma a possibilitar a elaboração e o ajustamento dos projetos tendo em vista otimizar os resultados previstos no PROGRAMA, bem como permitir sua avaliação, segundo normas estabelecidas pelo BNH;

c) manter anualmente atualizados o levantamento mencionado na alínea anterior, mediante relatório que deverá enviado dentro dos primeiros 90 (noventa) dias de cada exercício financeiro;

d) desenvolver esforços junto às municipalidades no sentido de garantir sua adesão ao PROGRAMA FINAL, de exploração dos sistemas municipais de água e de esgotos;

e) promover a elaboração de estudos e projetos, em função das necessidades do PROGRAMA;

f) assumir a responsabilidade técnica pela execução dos Projetos, observados os cronogramas físico e financeiro;

g) permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização da execução do Projeto por funcionários do BNH ou peritos por ele contratados e a facilitar-lhes o livre acesso às obras e instalações, bem como a quaisquer documentos ou arquivos pertinentes, sem que esta fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do BNH;

h) analisar as propostas de alterações ou retificações relativas aos cronogramas físico e financeiro, verificando, em especial, sua compatibilidade com a execução de cada Projeto e com o PROGRAMA;

i) cumprir ou fazer cumprir, no âmbito de sua atuação, as condições básicas, de que trata o item 2 da RD n. 16.71;

j) apresentar a qualquer tempo dados, informações, relatórios e demais elementos que se tornarem necessários a critério do BNH e quando por este forem exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — O ÓRGÃO GESTOR compromete-se, a respeitar e/ou fazer respeitar a regulamentação do BNH, no âmbito de sua competência e, em especial, a cumprir à conta do desenvolvimento do PROGRAMA e de cada contrato de financiamento decorrente do presente CONVÊNIO as seguintes condições:

a) assessorar a ENTIDADE FINANCIADORA e/ou outras entidades estaduais cujo concurso se torne indispensável na mobilização de recursos — tanto orçamentários como externos ao Estado — visando ao cumprimento dos cronogramas de integralização, contratação e aplicação dos recursos do FAE-PR de acordo com o desenvolvimento do PROGRAMA;

b) firmar os contratos de empréstimos, em nome da ENTIDADE FINANCIADORA, com o AGENTE FINANCEIRO, à conta dos recursos do FAE-PR, que os repassará ao MUTUÁRIO FINAL;

c) aplicar os recursos do FAE-PR, a uma taxa de juros não inferior à taxa anual de crescimento demográfico urbano do Estado;

d) programar, controlar e aplicar, sob forma de empréstimo, os recursos do FAE-PR, em função das programações financeiras ajustadas para o desenvolvimento do PROGRAMA;

e) gerir com proficiência o FAE-PR e diligenciar para que os seus recursos sejam bem aplicados, providenciando para que os retornos de suas aplicações se efetuem regularmente e, promovendo as medidas necessárias a

efetiva saúde financeira do FAE-PR, observada sempre a regulamentação para tanto baixada pelo BNH;

f) permitir e facilitar, a qualquer tempo, a inspeção e auditoria pelos representantes do BNH;

g) enviar ao BNH, com frequência que este exigir, balancetes que demonstrem a posição e movimentação do FAE-PR, além dos demais dados de programação, acompanhamento e controle que forem solicitados;

h) cumprir e/ou fazer cumprir no âmbito de sua atuação as condições básicas de que trata o item 2 da RD n. 16.71.

8 — CONDIÇÕES GERAIS DOS EMPRÉSTIMOS A SEREM CONCEDIDOS PELO BNH

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — Os empréstimos a serem concedidos pelo BNH para a execução do presente CONVÊNIO serão concedidos através do Programa e Subprogramas referidos na CLÁUSULA SEGUNDA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — A correção monetária do saldo de valor de cada empréstimo a ser concedido pelo BNH decorrente do presente CONVÊNIO, será feita de acordo com o artigo 1.º da Instrução n. 5-66, do BNH, e o reajustamento das prestações far-se-á pelo Plano B da mesma Instrução, adotado o índice vigente à época do seu efetivo pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO — No caso da suspensão dos índices que servem de base de cálculo da correção monetária da Unidade Padrão de Capital do BNH e das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, os cálculos da correção monetária e do reajustamento das prestações previstas em cada empréstimo do BNH, referido nesta CLÁUSULA, serão feitos com base em índices com eles coerentes e elaborados pelo Órgão legalmente competente, indicado pelo Conselho de Administração do BNH.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — O prazo de carência sobre o principal de cada empréstimo a ser concedido pelo BNH na forma do presente CONVÊNIO será de:

a) no máximo de 36 (trinta e seis) meses para cada Projeto, não excedendo porém, de 6 (seis) meses do término do prazo previsto para a execução das obras e serviços no caso de se tratar dos empréstimos previstos na alínea “a” do subitem 1.2 da RD n. 16.71;

c) no máximo de 90 (noventa) dias após o último desembolso no caso de se tratar dos empréstimos previstos na alínea “f” do subitem 1.2 da RD n. 16.71.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA — As taxas de juros aplicáveis nos empréstimos a que se refere a CLÁUSULA ANTERIOR, serão estipuladas nos Contratos referidos nas CLÁUSULAS TERCEIRA e TRIGESIMA e obedecerão à regulamentação do BNH sobre a matéria.

PARÁGRAFO ÚNICO — Durante os prazos de carência referidas na CLÁUSULA ANTERIOR serão pagos, trimestralmente, os juros pactuados de acordo com esta CLÁUSULA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA — A amortização de cada empréstimo a ser concedido pelo BNH na forma do presente CONVÊNIO será realizada por meio de prestações trimestrais, de igual valor em UPC de capital e juros, observados os seguintes prazos:

a) até 18 (dezoito) anos após o período de carência no caso de tratar dos empréstimos previstos nas alíneas “a” e “b” da CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA; e

b) até 60 (sessenta) meses após o término da carência no caso de se tratar dos empréstimos previstos na alínea “s” da CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida ao BNH, por força de cada Contrato de empréstimo decorrente ou vinculado ao presente CONVÊNIO, compreendido o principal, os juros e todos os demais encargos legais e contratuais, ficará o AGENTE FINANCEIRO sujeito a juros moratórios de 1% (hum por cento) ao ano calculados sobre o saldo devedor corrigido na forma da Instrução n. 5-66, do BNH.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA — O empréstimo suplementar a que se refere a alínea “b” do subitem 1.2 da RD n. 16.71, será suspenso e os juros dos empréstimos concedidos pelo BNH serão automaticamente acrescidos de 1% (hum por cento) se o enquanto perdurar atraso, na contribuição do Governo Estadual, como ENTIDADE FINANCIADORA, em relação ao compromisso assumido na forma da alínea “d” da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, se o BNH não preferir aplicar o disposto no PARÁGRAFO ÚNICO da CLÁUSULA DÉCIMA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA — Independentemente da incidência e do pagamento dos juros moratórios fixados na CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA, poderá o BNH proceder à imediata suspensão dos desembolsos, se não preferir denunciar o contrato de empréstimo em que ocorra qualquer dos seguintes fatos ou circunstâncias:

a) atraso no pagamento de qualquer quantia devida pelo AGENTE FINANCEIRO ao BNH, por força de qualquer contrato firmado entre ambos, compreendendo o principal, os juros e os demais encargos legais e contratuais;

b) falência, concordata, insolvência, intervenção, liquidação ou qualquer outro fato ou circunstância que possa acarretar a perda ou a redução da capacidade de livre administração do AGENTE FINANCEIRO;

c) alteração de qualquer das disposições vigentes que a critério do BNH, afete desfavoravelmente o desenvolvimento do PROGRAMA, o funcionamento dos sistemas e o ajustado neste Convênio e/ou nos contratos dele decorrentes;

d) não cumprimento, pela ENTIDADE FINANCIADORA, pelo AGENTE FINANCEIRO, pelo MUTUÁRIO FINAL, pelo AGENTE PROMOTOR, e pelo ÓRGÃO GESTOR, das obrigações estabelecidas neste CONVÊNIO;

e) inadimplemento, pelo FIADOR, de qualquer das obrigações estipuladas no Contrato Acessório de Garantia referido na alínea “c” da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA;

f) inadimplemento, pela ENTIDADE FINANCIADORA e/ou pelo MUTUÁRIO FINAL, da obrigação de participar com recursos para a execução dos Projetos, na forma que vier a ser estabelecida em cada contrato de empréstimo, de acordo com os respectivos cronogramas financeiros;

g) atraso ou paralisação da execução dos Projetos que prejudique os cronogramas físico, a critério do BNH; e

h) inadimplemento de qualquer das disposições ajustadas no presente CONVÊNIO e/ou nos contratos dele decorrentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA — Poderá, o BNH, considerar vencidas as dívidas e rescindido de pleno direito o presente CONVÊNIO e/ou os contratos dele decorrentes ou a ele vinculados, independentemente de notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da incidência dos ju-

ros moratórios e da suspensão dos desembolsos, caso o AGENTE FINANCEIRO, no prazo de 30 (trinta) dias da data de recebimento de aviso por escrito não promova o cumprimento de exigência a ele formulada com base em qualquer dos fatos ou circunstâncias previstos na CLÁUSULA anterior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA — No caso de cobrança judicial de qualquer importância que for por ele devida, ficará o AGENTE FINANCEIRO sujeito à multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o total da dívida, independentemente dos juros moratórios estipulados na CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA — O inadimplente de qualquer das obrigações ajustadas no presente CONVÊNIO e/ou nos contratos dele decorrentes ou a ele vinculados, enquanto estes subsistirem, poderá implicar na proibição de transacionar, o inadimplente, com o BNH.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA — O atraso ou omissão, por parte do BNH, no exercício dos direitos que lhe assistem na forma do presente CONVÊNIO e/ou dos contratos dele decorrentes ou a ele vinculados, não poderá ser interpretado como renúncia a tais direitos nem como aceitação das circunstâncias que lhe permitiriam exercitá-los.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA — Independentemente das garantias que forem dadas ao BNH por força de contratos de financiamentos firmados com o AGENTE FINANCEIRO e das garantias que forem subrogadas ao BNH nos termos da alínea "g" da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA, que poderão ser executadas pelo BNH, a seu exclusivo critério sem que o exercício de qualquer delas impeça a oportuna utilização da outra, e não obstante o disposto na CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA, poderá ser promovida, por via executiva, a cobrança das prestações vencidas e não pagas, com fundamento no parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 960 de 17 de dezembro de 1938.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA — O inadimplimento de qualquer das obrigações pactuadas no presente CONVÊNIO, poderá acarretar, a exclusivo juízo do BNH, a sua rescisão de pleno direito, e/ou a dos contratos dele decorrentes e/ou a ele vinculados, direta ou indiretamente, com o consequente vencimento antecipado das respectivas dívidas.

9 — CONTRATOS DECORRENTES OU VINCULADOS AO PRESENTE CONVÊNIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA — Serão os seguintes os Contratos decorrentes ou vinculados ao presente CONVÊNIO:

a) relativamente aos empréstimos referidos na alínea "a" da CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA;

I) Contrato de financiamento e refinanciamento a ser firmado entre o BNH e o AGENTE FINANCEIRO, na qualidade de Mutuário do BNH, com a intervenção, necessária, do AGENTE PROMOTOR e do FIADOR;

II) Contrato de financiamento a ser firmado entre o AGENTE FINANCEIRO e o MUTUÁRIO FINAL com a intervenção, necessária, do AGENTE PROMOTOR, para empréstimo dos recursos provenientes do BNH;

III) Contrato Acessório de Garantia entre o BNH e o FIADOR, conforme prevê a alínea "c" da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, para a garantia dos financiamentos concedidos pelo BNH ao AGENTE FINANCEIRO, referido no subitem I desta CLÁUSULA, podendo, a critério do BNH o referido Contrato Acessório de Garantia ser exigido para cada financiamento concedido pelo BNH, ou para um conjunto deles, ou mesmo, para todos os contratos de financiamento decorrentes do PROGRAMA;

IV) Contrato de financiamento e refinanciamento a ser firmado entre o ÓRGÃO GESTOR e o AGENTE FINANCEIRO, à conta dos recursos do FAE-PR, com a intervenção necessária do AGENTE PROMOTOR;

V) Contrato de empréstimo entre o AGENTE FINANCEIRO e o MUTUÁRIO FINAL, com intervenção necessária do AGENTE PROMOTOR, para empréstimo dos recursos provenientes do FAE-PR.

b) relativamente aos empréstimos referidos na alínea "b" da CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA;

I) Contrato de empréstimo a ser firmado entre o BNH e o AGENTE FINANCEIRO de que conste, explicitamente, a cessão ao BNH, das garantias que forem dadas ao AGENTE FINANCEIRO pela ENTIDADE FINANCIADORA no Contrato referido no subitem a seguir;

II) Contrato de empréstimo entre o AGENTE FINANCEIRO e a ENTIDADE FINANCIADORA para empréstimo dos recursos provenientes do BNH.

c) relativamente aos empréstimos referidos na alínea "c" da CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA;

I) Contrato de empréstimo a ser firmado entre o BNH e o AGENTE FINANCEIRO;

II) Contrato de empréstimo a ser firmado entre o AGENTE FINANCEIRO e o MUTUÁRIO FINAL ou outra entidade aceita pelo BNH para empréstimo dos recursos deste provenientes;

III) Contrato Acessório de Garantia nos termos referidos no subitem III da alínea "a" desta CLÁUSULA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — No caso de o ÓRGÃO GESTOR e o AGENTE FINANCEIRO coincidirem torna-se desnecessário o contrato citado no subitem IV da alínea "a" desta CLÁUSULA.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Os contratos citados no subitem II e V da alínea "a" desta CLÁUSULA, poderão ser substituídos por um único contrato para empréstimo dos recursos, tanto provenientes do BNH como do FAE-PR, desde que sejam assegurados os compromissos financeiros previstos para esses recursos nos contratos citados nos subitem I e IV ou I e V, todos da alínea "a" desta CLÁUSULA.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Os prazos de desembolsos, de carência e de amortização de todos os contratos referidos nesta CLÁUSULA, referentes a um mesmo objetivo, assim como, a data a partir da qual os citados prazos estarão referidos, serão todos os expressamente citados no contrato referido no subitem I da alínea "a" desta CLÁUSULA, a não ser que, por solicitação do AGENTE FINANCEIRO e de comum acordo com o AGENTE PROMOTOR e com o ÓRGÃO GESTOR, o BNH venha a aprovar outros prazos e datas a que se refere este Parágrafo.

PARÁGRAFO QUARTO — A forma ou o tipo de garantia a ser exigida pelo ÓRGÃO GESTOR ao AGENTE FINANCEIRO e deste ao MUTUÁRIO FINAL será decidido, em cada caso a critério dessas entidades.

PARÁGRAFO QUINTO — Para efetivação do Contrato Acessório de Garantia referido no subitem III da alínea "a" e no subitem III da alínea "c" ou da cessão de garantias referida no subitem I da alínea "b", todos desta CLÁUSULA, o BNH exigirá as garantias previstas na legislação em vigor e em sua regulamentação.

10 — CONDIÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E REFINANCIAMENTOS A SEREM CONCEDIDOS COM RECURSOS PROVENIENTES DO FAE-PR.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA — Os contratos de financiamentos e refinanciamentos dos projetos, a serem celebrados à conta de recursos do FAE-PR, subordinar-se-ão às condições básicas fixadas nos financiamentos a serem concedidos pelo BNH, exceto quanto à taxa de juros que será igual à taxa anual de crescimento demográfico urbano do Estado, e exceto, também, quanto à taxa de serviços técnicos que não poderá ser cobrada, permanecendo, porém, a taxa de administração na base de 1% (hum por cento) e a taxa de compromisso em valor igual ao dos juros fixados para cada operação de financiamento através de recursos do FAE-PR.

PARÁGRAFO ÚNICO — A taxa anual de crescimento demográfico urbano do Estado será apresentada em estudo, aceitável pelo BNH e encaminhada a este pelo ÓRGÃO GESTOR.

11 — CONDIÇÕES DE EMPRÉSTIMO DE RECURSOS PELO AGENTE FINANCEIRO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA — O AGENTE FINANCEIRO emprestará os recursos oriundos do BNH e os provenientes do FAE-PR, nas mesmas condições recebidas, exceto quanto à taxa de juros que não poderá exceder de 1% (hum por cento) ao ano sobre a taxa cobrada em cada um desses empréstimos recebidos.

12 — EXAME DOS PROJETOS E FISCALIZAÇÃO DE SUA EXECUÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA — O exame dos projetos técnicos e a fiscalização de sua execução serão realizados por ÓRGÃO TÉCNICO credenciado pelo BNH, ou em caráter excepcional, pelo próprio BNH, sempre que julgar conveniente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA — Os projetos que venham a se tornar inaceitáveis por parte do BNH, no todo ou em parte, não serão objeto de financiamento, e este fato não implicará em objeção ou direito adquirido por parte dos signatários deste Convênio, ficando os mesmos sem direito a qualquer protesto ou reclamação judicial ou extrajudicial.

13 — ATOS NORMATIVOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA — Integram o presente Convênio como parte complementar, a RC n.º 61/67 e suas alterações, a RC n.º 03/71, a RD n.º 10/68 e suas alterações, a RD n.º 16/71 e as demais normas do BNH referentes ao Sistema Financeiro do Saneamento, cujas disposições os convenientes declaram conhecer e aceitar.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA — Integra, também, o presente Convênio, para todos os fins de direito, o Convênio de Constituição do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, e suas eventuais alterações.

14 — DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA — O presente Convênio deverá fazer parte integrante, para todos os fins de direito, de todos os contratos dele decorrentes ou a ele vinculados, durante todo o prazo de validade de tais contratos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA — Em casos excepcionais, a exclusivo critério do BNH, poderá ser aceito outro fiador ou fiadores que não seja o previsto na alínea "c" da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, mas que atende às condições de Garantias exigidas pelo BNH e às finalidades expressas na referida alínea.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA — No caso de se tornar necessária a substituição da entidade designada como ÓRGÃO GESTOR, conforme prevê o PARÁGRAFO ÚNICO da CLÁUSULA NONA, a nova entidade deverá firmar termo de compromisso, que atenda ao disposto na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, passando o referido termo de compromisso a integrar-se, para todos os fins de direito, ao presente Convênio.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA — Os signatários deste Convênio concordam, desde logo em que parte do PROGRAMA poderá ser financiado pelo BNH com recursos oriundos de Entidades Internacionais.

PARÁGRAFO ÚNICO — Os Contratos em que se pactuar a aplicação dos recursos de que trata esta CLÁUSULA, deverão observar as condições de empréstimo estabelecidas neste Convênio e as normas especiais que porventura se fizerem necessárias.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA — Os empréstimos suplementares a que se refere a alínea "b" do subitem 1.2/ da RD n.º 16/71, subordinar-se-ão às normas baixadas pela ID/SFS/02/71, e, em especial, só serão concedidos em condições que garantam ao BNH proporcionalidade entre os seus desembolsos e os constantes do cronograma a que se refere a alínea "e" do item 7 da RD n.º 16/71, na forma do que dispõe o subitem 7.4 daquela RD e sua regulamentação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA — Para a solução de qualquer questão decorrente do presente CONVÊNIO, fica eleito, pelas partes, o foro do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, estando justos e contratados, assinam, com as testemunhas, o presente, em 7 (sete) vias para um só efeito legal.

Curitiba, 23 de março de 1972.

aa) **PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA** — Governador do Estado do Paraná
 Rubens Vaz da Costa — Presidente do BNH
 Cláudio Luiz Pinto — Diretor-Superintendente do BNH
 Ewalde Vita — Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A.
 Jaime Garcez — Diretor-Financeiro do Banco do Estado do Paraná S.A.
 José Roberto de A. P. do Rego Monteiro — Diretor do BNH, Supervisor do Sistema Financeiro do Saneamento
 Ceiris Sterghel Guimarães — Secretário de Viação e Obras Públicas
 Munir Saab — Diretor-Presidente da SANEPAR
 Napoleão de Araújo — Diretor-Financeiro da SANEPAR
 Testemunhas:

A N E X O
PROGRAMA ESTADUAL DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA — (PEAG)
ESTADO: PARANÁ

- 1) Prazo previsto para o abastecimento de Água a 80% da população urbana do Estado: 7 anos.
Período: 1971 a 1977.
1.1 — Meta a ser alcançada durante o período governamental vigente. Abastecimento de água a 51% da população urbana no Estado em 5 anos. Período de 1971 a 1975.
2) Metas a serem alcançadas, ano a ano, em termos de população abastecida em valores absolutos e relativos à população urbana no Estado

(1.000 HABITANTES)			
ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO ABASTECIDA	%
72	2.837	731	25,8
73	3.022	785	30,0
74	3.218	1.147	35,6
75	3.427	1.748	51,0
76	2.650	2.389	65,5
77	3.888	3.111	80,0

3) Cronograma de desembolso (Em 1.000 UPC)

ANO	Desemb. Total		BNH		FAE		Benef. Munic	
	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.
72	541	541	254	254	228	228	59	59
73	1.170	1.711	585	839	585	813	—	59
74	1.398	3.109	699	1.538	699	1.512	—	59
75	1.658	4.767	829	2.367	829	2.341	—	59
76	2.204	6.971	1.102	3.469	1.102	3.443	—	59
77	2.710	9.681	1.355	4.824	1.355	4.798	—	59

3.1 — Composição dos recursos formadores dos desembolsos anuais do FAE (1.000 UPC)

ANO	Integr. p/parte do Estado		Recursos Suplementares		RETORNA		TOTAL	
	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.
72	228	228	—	—	—	—	228	228
73	583	811	—	—	2	2	585	813
74	620	1.431	—	—	79	81	699	1.512
75	627	2.058	—	—	202	283	829	2.341
76	777	2.835	—	—	325	608	1.102	3.443
77	900	3.735	—	—	455	1.063	1.355	4.798

3.2 — Discriminação das contribuições do Governo Estadual na Integralização do FAE e no cumprimento dos Encargos Financeiros assumidos (EF SAN e ou FISAG) e Determinação do empréstimo suplementar do BNH.

3.2.1 — Determinação do Empréstimo Suplementar do BNH.

ANO	DESEMBOLSO DO FAE (1)		RETORNO DO FAE (2)		COMPROMISSOS ASSUMIDOS (3)		5% DA RTE (4)		Empréstimo Suplementar (1)-(2)+(3)-(4)	
	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.
72	228	228	—	—	—	—	843	843	—	—
73	585	813	2	2	—	—	874	1.722	—	—
74	699	1.512	79	81	—	—	900	2.622	—	—
75	829	2.341	202	283	—	—	927	3.549	—	—
76	1.102	3.443	325	608	—	—	955	4.504	—	—
77	1.355	4.798	455	1.063	—	—	983	5.487	—	—

3.2.2 — Contribuições devidas pelo Governo do Estado.

ANO	Contribuições devidas pelo Governo do Estado		Contribuições devidas pelo Governo do Estado		Contribuições devidas pelo Governo do Estado		Contribuições devidas pelo Governo do Estado		Contribuições devidas pelo Governo do Estado	
	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.
72	228	228	—	—	228	228	16.964	16.964	1,3	—
73	583	811	—	—	583	811	17.473	34.437	3,3	—
74	620	1.431	—	—	620	1.431	17.998	52.435	3,4	—
75	621	2.058	—	—	621	2.058	18.538	70.973	3,4	—
76	777	2.835	—	—	777	2.835	19.094	90.067	4,1	—
77	900	3.735	—	—	900	3.735	19.666	109.733	4,6	—

ANO	Programação da Integralização (1)		Programação do Retorno do FAE (2)		Disponibilidade para aplicação (3)		Ativo do FAE (4)	
	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.
72	228	228	—	—	228	228	241	241
73	583	811	2	2	585	813	826	826
74	620	1.431	79	81	699	1.512	1.497	1.497
75	627	2.058	202	283	829	2.341	2.250	2.250
76	777	2.835	325	608	1.102	3.443	3.223	3.223
77	900	3.735	455	1.063	1.355	4.798	4.388	4.388

5) Evolução prevista para a Receita e Despesas

ANO	RECEITA TOTAL D O M		D F	
	Simples	Acumul.	Simples	Acumul.
72	427	427	31	31
73	26.269	26.269	1.907	1.907
74	459	459	45	45
75	28.238	28.238	2.769	2.769
76	668	668	225	225
77	41.095	41.095	13.842	13.842
78	1.004	1.004	515	515
79	61.766	61.766	31.683	31.683
80	1.340	1.340	805	805
81	82.437	82.437	49.524	49.524
82	1.695	1.695	1.111	1.111
83	104.276	104.276	68.349	68.349

6) Evolução prevista da tarifa mínima e da relação

ANO	72	73	74	75	76	77
Tarifa Mínima (% S.M.R.)	5	5	5	5	5	5
Tarifa Média	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13
Tarifa Mínima	—	—	—	—	—	—

7) Previsão de Evolução do investimento "per-capita"

ANO	72	73	74	75	76	77
UPC	2,26	2,26	2,26	2,26	2,26	2,26
UPC/hab.	—	—	—	—	—	—

PEAG — PARANÁ

- 1) Catanduvas
- 2) S. João
- 3) Xambê
- 4) Assis Chateaubriand
- 5) Corbélia
- 6) Piên
- 7) Arapoti
- 8) Cruz Machado
- 9) Candido de Abreu
- 10) Antonio Olinto
- 11) Ortigueira
- 12) Medianeira
- 13) Palotina
- 14) Leopoldina
- 15) Cidade Gaúcha
- 16) Miraselva
- 17) Teixeira Soares
- 18) Curitiba
- 19) Agudos do Sul
- 20) Pinhão
- 21) General Carneiro
- 22) Matelândia
- 23) Rio Branco do Sul
- 24) Guaraniáçu
- 25) Engenheiro Beltrão
- 26) Rio Bom
- 27) Itambaracá
- 28) Tijucas do Sul
- 29) Verê
- 30) Sto. Antonio do Paraíso
- 31) Roncador
- 32) Icaraima
- 33) Sertaneja
- 34) Reserva
- 35) Rolândia
- 36) Paranapuema
- 37) Manoel Ribas
- 38) S. José da B. Vista
- 39) Ipiranga
- 40) Paranaguá
- 41) Paulo Frontin
- 42) Alto Piquiri
- 43) Cambira
- 44) Bonussuco
- 45) Capitão Leonidas Marques
- 46) Adrianópolis

- 47) Rondon
- 48) Tibagi
- 49) Mangueirinha
- 50) Coronel Vivida
- 51) Palmital
- 52) Guaporema
- 53) Marechal Cândido Rondon
- 54) Telêmaco Borba
- 55) Abatiá
- 56) Guairacá
- 57) Toledo
- 58) Sabáudia
- 59) Campina da Lagoa
- 60) Sta. Cecília do Pavão
- 61) Nova Londrina
- 62) Paula Freitas
- 63) Sta. Cruz Mte. Castelo
- 64) S. Pedro do Paraná
- 65) Tapejara
- 66) Iretama
- 67) Quinta do Sol
- 68) Pimeiro de Maio
- 69) Guapirama
- 70) Nova América da Colina
- 71) Bandeirantes
- 72) Itambé
- 73) Balsa Nova
- 74) Alvorada do Sul
- 75) Arapongas
- 76) Salto do Itararé
- 77) Almirante Tamandaré
- 78) Sapopema
- 79) Porecatu
- 80) Iporã
- 81) Paranacity
- 82) Jataizinho
- 83) Bituruna
- 84) Mamborê
- 85) Rancho Alegre
- 86) Cascavel
- 87) S. Fé
- 88) Chopinzinho
- 89) Barracão
- 90) Sta. Inês
- 91) Cruzeiro do Sul
- 92) Jussara
- 93) S. João do Triunfo
- 94) Ivaiporã
- 95) Pinhalão
- 96) Santana do Itararé
- 97) California
- 98) Planaltina do Paraná
- 99) Tomazina
- 100) Uniflor
- 101) Araruna
- 102) Inácio Martins
- 103) Sengés
- 104) Sta. Amélia
- 105) Lobato
- 106) Assaí
- 107) Sto. Antonio do Sudoeste
- 108) Pitanga
- 109) Guaira
- 110) Rio Azul
- 111) Terra Roxa
- 112) Florai
- 113) Sto. Antonio do Caiuá
- 114) Jardim Olinda
- 115) Dr. Camargo
- 116) Piraquara
- 117) Uraí
- 118) Pres. Castelo Branco
- 119) Ampere
- 120) Jandaia do Sul
- 121) Itapejara do Oeste
- 122) Cambé
- 123) Kaloré
- 124) Alto Paraná
- 125) Tamboara
- 126) Ivaí
- 127) S. Sebastião do Amoreira
- 128) Sta. Mariana
- 129) Munhoz de Melo
- 130) S. Mateus do Sul
- 131) Clevelândia
- 132) Colombo
- 133) Andirá
- 134) Colorado
- 135) Marilândia do Sul
- 136) Marialva
- 137) Guarapuava
- 138) S. João do Ivaí
- 139) São Jorge do Oeste.
- 140) Salto do Lontra
- 141) Maringá
- 142) Laranjeiras do Sul
- 143) Nova Cantu
- 144) Marumbi
- 145) Mallet
- 146) Guaratuba
- 147) Flórida
- 148) Mandaguari
- 149) Iguaçu
- 150) Jaguapitã
- 151) Palmas
- 152) Capanema
- 153) Fênix
- 154) Araucaria
- 155) Renascença
- 156) S. João do Caiuá
- 157) Imbituva
- 158) Prudentópolis
- 159) Faxinal
- 160) Pato Branco
- 161) Cruzeiro do Oeste
- 162) Apucarana
- 163) São Carlos do Ivaí
- 164) Nova Esperança
- 165) Ribeirão do Pinhal
- 166) Rebouças
- 167) Francisco Beltrão
- 168) Mandaguaiçu
- 169) Nossa S. das Graças
- 170) Santo Inácio
- 171) Guaraci
- 172) Cambará
- 173) Nova Fátima
- 174) Canorte
- 175) Paçandu
- 176) Joaquim Távora
- 177) Sertãoópolis
- 178) Jundiá do Sul
- 179) Bela Vista do Paraíso
- 180) Quatiguá
- 181) Ribeirão Claro
- 182) Japurá
- 183) Ibiaporã
- 184) Mirador
- 185) Santa Izabel do Oeste
- 186) Foz do Iguaçu
- 187) Campo Largo
- 188) Congonhinhas
- 189) Lupianópolis
- 190) Astorga
- 191) União da Vitória
- 192) São Pedro do Ivaí
- 193) Castro
- 194) Salgado Filho
- 195) Quatro Barras
- 196) Realeza
- 197) Palmeiras
- 198) Londrina
- 199) Curitiba
- 200) Carliópolis
- 201) Jacarezinho
- 202) Porto Amazonas
- 203) Piraí do Sul
- 204) Paraíso do Norte
- 205) São José dos Pinhais
- 206) Sto. Antonio da Platina
- 207) Cornélio Procopio
- 208) Lapa
- 209) Irati
- 210) Paranavaí
- 211) Jaguariava
- 212) Peabiru
- 213) Itaguapé
- 214) São Miguel do Iguaçu
- 215) Ponta Grossa
- 216) Siqueira Campos
- 217) Wenceslau Braz
- 218) Nova Aliança do Ivaí
- 219) Antonina
- 220) Mariópolis
- 221) São Tomé
- 222) Tapira
- 223) Umuarama
- 224) Campo Mourão
- 225) Altonia
- 226) Centenário do Sul
- 227) Ibaiti
- 228) São Jorge
- 229) Tuneiras D'Oeste
- 230) Terra Rica
- 231) Nova Aurora
- 232) Borrazópolis
- 233) Dois Vizinhos
- 234) Cerro Azul
- 235) Terra Boa
- 236) Jardim Alegre
- 237) Santa Helena
- 238) Rio Negro
- 239) Céu Azul
- 240) Loanda
- 241) Moreira Sales
- 242) Santa Isabel do Ivaí
- 243) Inajá
- 244) Morretes
- 245) Janiópolis
- 246) Goio-Erê
- 247) Ubitatã
- 248) Florestópolis

- 249) Barbosa Ferraz
- 250) São Jerônimo da Serra
- 251) Enéas Marques
- 252) Bocaiuva do Sul
- 253) Floresta
- 254) Itatuba
- 255) Quitandinha
- 256) Ourizona
- 257) Mandirituba
- 258) Atalaia
- 259) Amaporã
- 260) Formosa
- 261) Cafeara
- 262) Guaraqueçaba
- 263) Querência do Norte
- 264) Grandes Rios
- 265) Pérola d'Oeste
- 266) Indianópolis
- 267) Campo Novo
- 268) Boa Esperança
- 269) Campina Grande do Sul
- 270) Planalto
- 271) Nova Olimpia
- 272) Maria Helena
- 273) Contenda
- 274) Japira
- 275) Mariluz
- 276) Itaúna
- 277) Tomé
- 278) Vitorino
- 279) Marilena
- 280) Campo do Tenente
- 281) Posto Vitória
- 282) Jaboti
- 283) Diamantina do Norte
- 284) Porto Rico
- 285) Marmeleiro
- 286) Barra do Jacaré
- 287) Conselheiro Mairinck
- 288) Matinhos.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 160-70 de autoria do Dep. Roberto Wypych, que declara de interesse turístico os Municípios que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado

Projeto de Lei n. 160-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — São declarados de interesse turístico os Municípios de Foz do Iguaçu, Guaira, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Lapa, Colombo e Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de julho de 1970.

a) Dep. Roberto Wypych.

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos, através da presente iniciativa, dotar o Estado de recursos necessários e indispensáveis ao incremento da inesgotável indústria do turismo.

Na verdade, as Cataratas do Iguaçu no Município de Foz do Iguaçu, as 7 Quedas, no Município de Guaira, as praias e os recantos de incontestável beleza de nosso litoral nos Municípios de Guaratuba, Matinhos e Paranaguá, a Gruta do Monge, no Município da Lapa, se constituem em atrações turísticas de grande potencialidade, bastando, para tanto, dotar-lhes de maior conforto e facilidade em certos casos de acesso.

Por outro lado, é bom de ver desde que sejam declarados de interesse turístico os supra indicados Municípios aos mesmos serão carreados recursos financeiros de outras esferas, que não a estadual, o que por si só justifica, plenamente a apresentação do presente plano de Lei, para o qual encarecemos o necessário apoio.

Projeto de Lei n. 160-70

AUTOR: Dep. Roberto Wypych

SUMULA: Declara de interesse turístico os Municípios que especifica.

PARECER

Com o presente Projeto de Lei, pretende o ilustre autor oferecer ao Estado o instrumento indispensável ao incremento do turismo.

Não nos parece ser a solução para tão importante problema.

Para o carreamento de recursos financeiros que objetivem dotar os recantos de atração de nosso Estado, de conforto e até mesmo de facilidade de acesso, independe dessa declaração que poderia, ao contrário, praticar injustiça com outros Municípios com grandes atrações.

Porém, do ponto de vista constitucional ou legal, nenhuma objeção quanto a aprovação.

Porém, do ponto de vista constitucional ou legal, nenhuma objeção quanto a aprovação.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Luiz Roberto Soares

Paulo Poli

Cândido Martins de Oliveira

Emílio Carazzai

Maurício Fruct.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 185-71, de autoria do Dep. Antonio Franco Ferreira da Costa F.O., que autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção de Ensino na sede do Município de Guaraniáçu. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. — Rejeitado.

Projeto de Lei n.º 185-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Guaraniáçu, uma Inspeção Regional de Ensino.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1971.

a) — Dep. Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

A posição geográfica do importante Município de Guaraniáçu, ponto convergente de progresso econômico e expansão educacional, justifica a intenção do presente projeto. A Inspeção Regional de Ensino, no atendimento constante aos problemas educacionais e às normas administrativas do ensino, seria um benefício extraordinário a toda região adjacente do Município em questão fazendo com que os discentes e docentes de todos os estabelecimentos escolares tivessem atendidas com mais rápida eficiência as suas reivindicações no âmbito do desenvolvimento intelectual.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO de Lei n.º 185-71

AUTOR: Dep. Antônio Costa

SUMULA: Cria uma Inspeção Regional de Ensino em Guaraniáçu.

PARECER

Em que pese a justificativa apresentada pelo ilustre autor do Projeto, vemos-nos na contingência de sobre ele nos manifestarmos contrariamente, em fase da informação da Secretaria de Educação e Cultura, que considera a medida inoportuna, pelas razões que expõe.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Cândido M. Oliveira — Relator

Paulo Camargo

Emílio Carazzai

Ovidio Franzoni

Maurício Fruct

Santos Lima

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201-71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paula, da cidade de Rolândia. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado.

Projeto de Lei n.º 201-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paula, da cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1971.

a) — Dep. Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

A "Sociedade São Vicente de Paula, de Rolândia", declara de Utilidade Pública por Lei Municipal através de Projeto de Lei n.º 458-70, presta relevantes serviços a comunidade, estando atualmente empenhada na construção do Lar Infantil São Vicente de Paula, obra na qual foram despendidos Cr\$ 150.000,00.

A obra em questão deverá alojar 100 crianças, o que representará para a região, um desafio nos problemas de Assistência Social.

Justificada, se faz pois necessária a aprovação da presente Lei.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO de Lei n.º 201-71

AUTOR: Dep. Xenofonte Villanueva

SUMULA: Declara de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paula, da cidade de Rolândia.

PARECER

I) — condição básica para concessão de declaração de Utilidade Pública, é a de estar a sociedade, legalmente constituída, com personalidade jurídica, da forma como dispõe o artigo 129 do Decreto 4.857. A presente entidade, tem seu registro de pessoas jurídicas, sob n.º 7 Fls. 22 no Cartório de Títulos e documentos do Município de Rolândia.

II) — Os objetivos e finalidades da Sociedade são de natureza filantrópica sem visar lucros e a Diretoria não é remunerada.

III) — Está o Projeto devidamente justificado e acompanhado dos documentos necessários e exigidos.

IV) — Face ao exposto, opinamos favoravelmente.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Cândido Martins de Oliveira

Santos Lima

Ovidio Franzoni

Luiz Roberto Soares

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 266-71, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Colaboradores da Escola para surdos "EPHETA", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado.

Projeto de Lei N.º 266-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Colaboração da Escola Para Surdos "EPHETA", com sede nesta Capital.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

a) Deputado Antônio Belinati

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO de Lei n.º 266-71

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a "Associação de Colaboradores da Escola Para Surdos EPHETA" — nesta Capital.

PARECER

- 1) — A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, atende os requisitos reclamados em Lei, porque:
- a) está em funcionamento há mais de 1 (um) ano;
 - b) seus dirigentes não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração, assim como não são distribuídos lucros aos seus associados;
 - c) tem seu Estatuto Social perfeitamente legalizado junto ao Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competente;
 - d) e, presta serviços à coletividade, de forma desinteressada.

Por outro lado, referida Proposição não se choca com qualquer disposição constitucional, como também de ordem legal. Quanto à sua oportunidade, convence-nos da proposição de seu ilustre autor.

2) — Assim, pois, apesar de não cumprir o disposto do art. 123, § 5.º, do Regimento Interno da Casa, que determina que "As proposições deverão ser seguidas de justificação sucintas", opinamos pela sua aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Santos Lima

Emílio Carazzai

Ovídio Franzoni

Mugiati Filho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74-72, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, que eleva para um terço dos vencimentos de Secretário de Estado, a pensão mensal concedida a Sylvia Braga Munhoz da Rocha. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 74-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para um terço dos vencimentos de Secretário de Estado, a pensão mensal concedida a Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador Caetano Munhoz da Rocha.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1972.

a) — Deputado Emílio Carazzai

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei, visa assegurar à viúva de ex-governador do Estado, uma pensão compatível com a condição social que ocupou seu esposo no Estado, por dois quatriênios.

Seria ocioso inumerar os grandes benefícios que o ex-governador Dr. Caetano Munhoz da Rocha, prestou ao Estado do Paraná, cuja rede de assistência social atesta a operosidade do seu Governo, a par de outras grandes realizações em obras públicas que estão aí a testemunhar a proficuidade do seu Governo.

É indiscutível a oportunidade e a Justiça do presente Projeto de Lei, pois assim terá o Poder Público feito "A JUSTIÇA DE DEUS NA VOZ DA HISTÓRIA".

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO de Lei n.º 74-72

AUTOR: Deputado Emílio Carazzai

SUMULA: Eleva para um terço dos vencimentos de Secretário de Estado, a pensão mensal concedida a Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador Caetano Munhoz da Rocha.

PARECER

O presente Projeto de Lei, meramente autorizatório, não infringe nenhuma norma legal capaz de lhe conferir anti-juridicidade.

Assim, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972.

aa) Maurício Fruct — Presidente em exercício

Luiz R. Soares — Relator

Ovídio Franzoni

Igo Losso

Emílio Carazzai

Erondy Silvério

Comissão de Finanças

PROJETO de Lei n.º 74-72

AUTOR: Deputado Emílio Carazzai

SUMULA: Eleva para um terço dos vencimentos de Secretário de Estado a pensão mensal concedida a Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador Caetano Munhoz da Rocha.

PARECER

O presente Projeto de Lei, de cunho meramente autorizativo, já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, não havendo por parte desta Comissão de Finanças qualquer óbice que se lhe possa antepor.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Antônio Belinati

João Fadel

Antônio Lopes Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja ativado o instituto da promoção dos funcionários civis do Estado. — Aprovado.

O SR. NELSON BUFFARA — (Para explicação pessoal) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para registrar uma ocorrência política na cidade de Campo Largo, acontecida no sábado passado.

O MDB, em memorável Convenção naquela cidade, lançou os nomes dos Srs. Carlos Zanlorenzi e Arildo Chemin, aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito. O fato passaria despercebido não fosse a atitude digna do candidato a Prefeito, Carlos Zanlorenzi que, demonstrando uma compreensão inusitada, num senso político extraordinário transigiria e não correria ao pleito daquela cidade, conforme declarações feitas ao Sr. Secretário Político do Estado do Paraná, dr. Mário Faraco, retirando sua candidatura, não disputando sequer, deixando o trânsito livre para que a ARENA indicasse qualquer candidato, menos um determinado, que se insinuava candidato por aquela cidade; inclusive concordou o candidato a Prefeito pelo MDB, que fosse candidato pela ARENA o Presidente do Diretório Municipal da ARENA daquela cidade. Maior transigência, maior compreensão do que essa, admitiríamos ser impossível, praticamente impossível. Foi uma demonstração de maturidade política daquele ilustre homem público.

Baldados foram os esforços do Sr. Carlos Zanlorenzi no sentido de uma conciliação, naquela cidade. Os seus companheiros de chapa também acata-vam com prazer qualquer solução que fosse dada por aquele homem público.

Enfim, Srs. Deputados, eu registrei, fiz questão de registrar este acontecimento, desta Tribuna, a fim de que possamos caracterizar o bom senso que impera naquela cidade, dos homens que dirigem o MDB, e, como suas propostas não foram aceitas no sentido de uma candidatura de conciliação, ele resolveu ir para o sacrifício, disputar a eleição — como de fato está disputando — a partir de sábado com grandes possibilidades de êxito.

Eu quero registrar nos Anais da Casa a atitude leal, digna e so todos os pontos de vista compreensiva, do Sr. Carlos Zanlorenzi que disputa as eleições, apenas por não ter encontrado — se bem que não dependeu dele — uma fórmula conciliatória para que a cidade de Campo Largo pudesse ser atendida por um grande administrador, sem pretensões políticas, mas, apenas com o objetivo do desenvolvimento daquela próspera comuna.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resoluções n.ºs 22-72, 23-72, 24-72 e 59-72.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 160-70, 201-71, 266-71 e 74-72.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 185-70, 290-71, 84-72 e 85-72. Levanta-se a Sessão.